



***Kau ki galu sta, galinha ka ta kanta*¹? Reflexões sobre narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde**

Reflections on narratives of women and men in situations of conjugal violence in Cape Verde

Carmelita Silva²

Resumo: No presente artigo, procuro refletir sobre as representações que mulheres e homens cabo-verdianos (os) em situação de violências constroem sobre as violências experienciadas nas relações conjugais. Para o efeito, ainda que na análise de suas narrativas, recupero algumas contribuições das teorias da dominação masculina e do patriarcado, chamando atenção para a necessidade de situar os conceitos que usam no contexto particular de Cabo Verde e de trazer uma reflexão que busque a intersecção entre os vários marcadores de desigualdade sociais, de entre os quais destaco: o género, classe sociais e marcador geográfico. Assim, para compreender como as relações de dominação se processam, as múltiplas relações que implicam e os diferentes significados que os diretamente envolvidos constroem de suas práticas, apoio a análise dos dados empíricos nas abordagens relacional, pós-colonial e na perspectiva interseccional. Para tanto, o poder enquanto elemento central da análise, é visto, à semelhança do que sugere Michel Foucault (1979) como algo transitório na relação entre os casais e que se exerce onde há possibilidades de resistências.

Palavras-chave: Violências; Género; Poder; Resistências; Rede Sol; Homens e Mulheres.

Abstract: In this article, I reflect on the representations that Cape Verdean women and men in situations of violence build on the violence experienced in marital relationships. For this purpose, although in the analysis of their narratives, recovering some contributions from the theories of male domination and patriarchy, I call attention to the need to situate the concepts they use in the particular context of Cape Verde and to bring a reflection on the intersection between the several markers of social inequality, among which I highlight: gender, social class and geographic marker. Thus, in order to understand how relations of domination are processed, as multiple relationships that they imply and the different meanings that those directly linked to their practices, I support the analysis of empirical data in relational, post-colonial and intersectional approaches. Therefore, power as a central element of the analysis is seen, similarly to Michel Foucault (1979) as something transitory in the relationship between couples and which is exercised where there are possibilities of resistance.

Keywords: Violence; Gender; Power; resistance; Rede Sol; Men and Women.

¹ Expressão usada em crioulo cabo-verdiano para significar que as mulheres não têm voz ativa nos espaços marcados pela presença dos homens.

² Doutora em Antropologia Social pela UFSC. Professora da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), afeta à Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes (FCSHA).

Introdução

No contexto de Cabo Verde³, apesar do princípio da igualdade entre os sexos ter sido absorvido desde a primeira Constituição da República datada de 1980, somente a partir da década de 1990, com a participação de Cabo Verde na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing, no ano de 1995 é que se iniciou o processo de integração da categoria “gênero” nos discursos políticos em torno dos direitos humanos⁴. A transversalização da abordagem de gênero como estratégia para precaver a reprodução e perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres e, por conseguinte, das violências nas relações de gênero, começa a partir de 2005, com a mudança do Instituto da Condição Feminina (ICF) para o Instituto Caboverdiano para a Igualdade de Gênero (ICIEG)⁵ e da formalização da Rede Interinstitucional de Atendimento à Vítima – Rede Sol. Uma mudança que emergiu da necessidade de deslocar a abordagem de promoção da mulher, que vigorou durante o período de democracia revolucionária (1975-1990) e da democracia multipartidária, concretamente na primeira legislatura (1991-1996)⁶, para uma abordagem de gênero numa perspectiva de desenvolvimento.

As primeiras discussões privilegiaram o conceito de violência doméstica, tipificado no âmbito do Código Penal de Cabo Verde (de 2004) como maus-tratos físicos, psicológicos ou tratamentos cruéis infligidos a cônjuge ou a pessoa com quem se está unido de fato (Artigo 134). Trata-se de um tipo penal usado essencialmente para significar a violência contra as mulheres na

³ Arquipélago situado a 455 km da Costa Ocidental da África. Ocupa um território de, aproximadamente, 4.033 km². Resultado da intersecção entre povos e culturas europeias e africanas (ANJOS, José Carlos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002; FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretção do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC; Praia, 2006). Proclamada a independência, em 1975, o país torna-se um Estado de democracia nacional revolucionária, fundada na ideia da efetiva participação popular e orientada para a construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem (artigo 3º da Constituição de 1881). Todavia, a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime de democracia pluralista. Durante 15 anos, o país foi regido por um modelo de organização política monopartidária (Assembleia Nacional, 2010) liderado exclusivamente por homens. Somente a partir da década de 1990 se deu a abertura política do país.

⁴ ROSABAL, Maritza. As faces (in) visíveis da violência de gênero. In: SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectiva*. Praia: Edições UNI-CV, 2011. (Coleção Sociedade, v. 4); SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Gênero e sociabilidades no interior de Santiago*. Praia; Porto Alegre: Edições UNI-CV; Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Sociais Caboverdianos, v. 4, III Série); ANJOS, Dionara. *Políticas públicas caboverdianas contra a violência baseada no gênero*. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2015.

⁵ CABO VERDE. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero*. Mundiserviços, 2006.

⁶ Com as reformas políticas estabelecidas em 1990, ocorreu, em 1991, a primeira eleição presidencial livre no país, que deu vitória ao partido do Movimento para a Democracia (MPD).

conjugalidade e no âmbito doméstico, reportando, aqui, às “situações em que a mulher é vítima silenciosa de espancamentos e de abusos sexuais domésticos por parte do marido, companheiro, ou pai de seus filhos⁷.”

A partir desse instrumento jurídico, as violências no âmbito de conjugalidades se deslocam do naturalmente aceite para se constituir num crime de natureza semipública⁸ (Artigo 376 do Código Penal). Todavia, não se conseguiu deslocar o centro do debate do núcleo de relações – a família, para focar nos sujeitos de direitos particulares – a mulher. Tal mudança começa a ser efetivada, a partir de 2005, com a integração da categoria gênero nos planos de ação, programas e leis de promoção da igualdade e combate às violências, bem como as estatísticas sobre o assunto no país.

A aprovação e implementação do Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Gênero (PNIEG) (2005-2009) que institui a *violência com base no gênero* como um dos seus eixos estratégicos⁹ e, nesta sequência, a elaboração do Plano Nacional Contra Violência Baseada no Gênero (PNVBG-2007-2010) e mais tarde, a Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero de 2011, marcaram a passagem de um campo discursivo em torno da questão do gênero para a sua transversalização nos ordenamentos jurídicos internos, bem como nos sucessivos Orçamentos do Estado (OE).

O PNVBG, enquanto instrumento que operacionaliza o PNIEG, constituiu o primeiro instrumento de ação que, embora o diagnóstico para a sua elaboração apontasse para uma maior exposição da mulher à violência, admitiu, ainda que de forma distinta, que a violência doméstica envolvia homens e mulheres, seja na qualidade de vítimas, seja de agressores/agressoras.

Não obstante o PNVBG evidenciar que, no contexto de Cabo Verde, há espaços para a constituição da mulher enquanto sujeita e não “vítima” exclusiva das determinações históricas, o referido instrumento deixa evidente que a subversão da lógica – dominação masculina, pelo menos na fase inicial da violência, não ocorre no contexto de Cabo Verde. Ainda que ambos (homens e mulheres) participem como agentes numa relação violenta, o PNVBG deixa evidente que são formas distintas de construção de subjetividades e que as mulheres continuam vítimas privilegiadas de suas práticas.

⁷ OSÓRIO, *op. cit.*, p. 53.

⁸ O procedimento penal passa a depender do desejo da vítima ou de pessoa com autoridade legitimamente reconhecida para o registro da queixa.

⁹ CABO VERDE. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero*. Mundiserviços, 2006.

Portanto, apesar do termo Violência Baseada no Gênero (VBG) ter sido usado desde 2005, somente a partir de Março de 2011, com a entrada em vigor da Lei 84/VII/2011, resultado do esforço conjunto da sociedade civil organizada, do ICIEG, dos parlamentares, das lideranças dos partidos políticos e o apoio dos organismos internacionais, esse conceito ganha centralidade nos debates e pesquisas em torno das violências no país. A partir desse instrumento legal que torna público, amplia¹⁰ e autonomiza o crime da *violência com base no gênero* que, efetivamente, se redefinem os lugares de masculinidades e feminilidades. Ou seja, que a *VBG* passa a ser entendida como resultado do exercício do poder, reforçando as representações sociais em torno do que se entende por “ser homem” e por “ser mulher”¹¹. A concepção de gênero deixa de estar vinculada apenas à ideia de papéis sociais de masculino e feminino construídos na relação, tal como refere Joan Scott¹², para também integrar as hierarquias de poder como substrato da dominação e controle que dão causa e efeito a esta violência¹³. Neste sentido, a lei reforça, na linha do PNVBG, a necessidade de pensar as *violências com base no gênero* como práticas relacionais, isto é, que afetam tanto mulheres como homens.

A mudança do eixo da promoção da família – no quadro da lei que versa sobre os maus-tratos, para a igualdade de gênero no âmbito da Lei Especial contra Violência Baseada no Gênero, também foi acompanhada de deslocamentos na abordagem do problema. Se i) ainda no início do ano 2000, os trabalhos em torno das violências doméstica¹⁴ centralizaram a análise no patriarcado e na dominação masculina, reduzindo, as mulheres à condição de “vítimas” das determinações históricas e os homens, como autores desta prática, sustentando a análise na abordagem da dominação masculina¹⁵ e dominação patriarcal¹⁶; ii) a partir da de 2009 começa-se a perceber o

¹⁰ Com a entrada em vigor da Lei n. 84/VII/2011, a VBG deixa de se circunscrever exclusivamente ao espaço doméstico e àquelas situações que ocorrem na relação conjugal, para alargar seu âmbito às situações que acontecem nos espaços públicos, como no meio laboral.

¹¹ ANJOS, Dionara; ELIAS, Helena (Coord. Técnica). *Implementando Mecanismos de Combate à Violência Baseada no Gênero (VBG)*: Guia de assistência às vítimas de VBG para profissionais das forças policiais. Praia: ICIEG, 2012.

¹² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.

¹³ PASINATO, Wânia Izumino. *A Lei de Violência Baseada no Gênero na percepção de homens e mulheres em Cabo Verde* (Documento avulso), s.d.

¹⁴ Destacam-se: FONSECA, Jorge Carlos *et al.* *Estudos sobre a protecção às vítimas de crimes violentos (em particular as mulheres)*: relatório provisório. Praia: AMJ, 2002; OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. *Vencendo barreiras*. Praia: ICF, 1999; e SALÚSTIO, Dina. *Violência contra as mulheres*. Praia: ICF, 1999.

¹⁵ Refiro-me à dominação masculina, no sentido de dominação que se exerce mediante um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominado como pelo dominador, o qual, ainda que intolerável, aparece como aceitável e mesmo natural, sentido usado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (*A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).

¹⁶ A abordagem da dominação patriarcal é aqui referenciada a partir das contribuições da socióloga feminista Heleieth Saffioti no texto: SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. Um trabalho no qual a autora busca compreender a violência como algo naturalizado pelos processos

deslocamento de um discurso “vitimista” para uma abordagem relacional, que permita trazer à discussão, narrativas de mulheres e homens em situação de violências¹⁷.

Entretanto, mesmo que se propusesse compreender a violência pela forma como o poder se constituía nas relações em diferentes contextos, à semelhança do que sugerem Joan Scott¹⁸ e Judith Butler¹⁹, os trabalhos continuaram centrados na mulher como vítima privilegiada das violências²⁰.

Ciente que essas abordagens não dão conta da diversidade de situações de violências experienciadas pelas mulheres e homens no país, procurarei, neste artigo, sustentar a análise das narrativas de mulheres e homens em situação de violências em abordagens pós-colonial²¹ com ênfase na questão da interseccionalidade.

Ainda que na análise de algumas situações narradas por esses atores sociais recupere as contribuições das teorias da dominação masculina e do patriarcado, procurarei, à semelhança do que sugere Marilyn Strathern²², contextualizar os conceitos, ou ainda, como alude Miriam Vieira²³, explorar os distintos significados que tais conceitos ganham no contexto particular de Cabo Verde.

Assim, para compreender como as relações de dominação se processam, as múltiplas relações que implicam e os diferentes significados que os diretamente envolvidos constroem de suas práticas, apoio a análise dos dados empíricos nas abordagens relacional, pós-colonial e na perspectiva interseccional. Para tanto, à semelhança do que sugere Michel Foucault²⁴, procuro neste socioculturais que legitimam a imposição do poder pelos homens.

¹⁷ SILVA, Carmelita. *Trajétória de mulheres vítimas de violência conjugal: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciam o drama*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Uni-CV, Praia, 2009; ROSABAL, 2011; FURTADO, Manuela; FURTADO, Manuela; ANJOS, José Carlos. Incompatibilidades de género: caso de São Miguel. In: SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Género e sociabilidades no interior de Santiago*. Praia; Porto Alegre: Edições UNI-CV; Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Sociais Caboverdianos, v. 4, III Série); VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e Cabo Verde. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 1, n. 49, pp. 90-96, jan.-abr. 2013.

¹⁸ SCOTT, *op. cit.*

¹⁹ BUTLER, Judith. *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁰ SILVA, Carmelita. *Trajétória de mulheres vítimas de violência conjugal: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciam o drama*. (2009); SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Género e sociabilidades no interior de Santiago* (2015). ROSABAL, *op. cit.*

²¹ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes’ Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. The University of Press Chicago: Chicago, 2002; LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*, Indiana University Press, v. 22, n. 1, pp. 186-209, 2007.

²² STRATHERN, Marilyn. *O género da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

²³ VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e Cabo Verde. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 1, n. 49, pp. 90-96, jan.-abr. 2013.

²⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

artigo²⁵, refletir sobre o poder como algo transitório na relação entre os casais e que se exerce onde há possibilidades de resistências. Para visibilizar as experiências de homens e mulheres envolvidos em situações de violências, além de abordar o poder como algo dinâmico e relacional, podendo ser exercido por ambos, ainda que de forma desigual, proponho, à semelhança de Maria Lugones, analisar as relações sociais de dominação a partir da ideia da interseccionalidade e da construção de um feminismo de resistência às diferentes formas de opressão²⁶.

Submissão e resistência de mulheres aos valores culturais

Refletir sobre as situações de violências vivenciadas pelas mulheres no âmbito da conjugalidade em Cabo Verde, exige compreender a forma como as relações de gênero, os papéis sociais são representados e o modo como o poder circula e desencadeia ações entre os envolvidos na relação. Desde logo, a inferiorização das mulheres e sobrevalorização dos homens deixa de estar centrada na ideia da naturalização das desigualdades de gênero ou analisadas pelo eixo das diferenças biológicas para, à semelhança do que propôs Margaret Mead²⁷, refletir as influências culturais e sociais.

Os discursos de Doriza e Catarina²⁸, decorrentes de conversas informais e entrevistas, realizadas no âmbito da pesquisa etnográfica efetuada na Rede Sol²⁹, são bastante explícitos. Antes, contudo, de refletir sobre as questões que permeiam seus discursos, me parece importante situá-los em seus contextos de produção.

O discurso da Doriza foi aprendido em dois espaços distintos: i) primeiramente, em sala de espera da Casa do Direito³⁰, numa quinta-feira, pela manhã, dia em que, normalmente, são

²⁵ O artigo se enquadra no âmbito da pesquisa de tese de doutoramento, desenvolvida entre os anos 2014 e 2016, nas estruturas da Rede Interinstitucional de Atendimento às Vítimas de Violências Baseadas no Gênero, Rede Sol, Praia.

²⁶ LUGONES, María. *Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System*. Hypatia, Indiana University Press, v. 22, n. 1, pp. 186-209, 2007.

²⁷ MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

²⁸ Para preservar o anonimato e garantir a confidencialidade das respostas, foram atribuídas nomes fictícios aos/às interlocutores/as.

²⁹ A pesquisa se insere no âmbito da tese de doutorado em antropologia social, decorrida entre os anos 2015 e 2016 na Rede Sol (Rede Interinstitucional de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Gênero).

³⁰ Estruturas não judiciais que funcionam na dependência do Ministério da Justiça. Trata-se de um serviço que emergiu da necessidade de ampliar o acesso à justiça e ao direito, por meio de novas formas de resolução de conflitos centradas na voluntariedade e no acordo entre as partes. As CD vêm, desde a sua criação, em 2005, promovendo o acesso à justiça e ao direito das populações, garantindo-lhes informação e consulta jurídica, apoio psicológico, social e educativo à unidade familiar, patrocínio judiciário, em particular às pessoas com menor poder aquisitivo, em parceria com a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, encaminhamento para outros serviços especializados e, mais recentemente, a partir de 2010, possibilidade de resolver seus conflitos fazendo recurso à mediação.

realizados os atendimentos com a psicóloga e o advogado, portanto, num espaço e momento de alguma tensão entre as pessoas que procuram os serviços prestados nessa estrutura da Rede Sol e com os operadores da lei, mas também, um espaço de diálogo intenso e de partilha de experiências entre atores que se colocam como sujeitos de poder; ii) num segundo momento, suas experiências como vítima de violências foram relatadas, por meio de entrevista realizada em sua própria residência (da Dorisa). Também nesse espaço (casa), onde, em vários momentos, a nossa conversa decorreu na presença do companheiro, a forma de expressão e o comportamento da Dorisa deixam evidente que a casa também se constitui, num lugar de expressão de subjetividades das mulheres. Já o discurso da Catarina foi produzido na sala de atendimento do CIAAP/MORABI³¹, por intermediação da atual psicóloga do referido Centro. Como se tratava do único encontro agendado, nossa conversa decorreu na sala de atendimento das vítimas, num ambiente de muita tranquilidade, inicialmente acompanhada pela psicóloga.

Os relatos dessas duas interlocutoras permitem descentrar o debate em torno da subordinação das mulheres, da perspectiva naturalista para uma abordagem que busca as razões da opressão no sistema de valores da sociedade caboverdiana, sem, contudo, deixar de expressar o desejo particular das mesmas. Apesar de seus discursos alternarem momentos de submissão e resistência ao poder, permitindo ao mesmo tempo cruzar fatores externos e internos na análise das violências, nesse item, a ênfase é colocada nos fatores externos.

Me seguia para saber que lugar ia, com quem ia e o que ia lá fazer. Era assim todos os dias... me faltava ar para respirar, entendes? Mas isso não era nada diante dos socos, empurrões, golpes, bofetadas, que me dava... achava-se no direito, porque ele é que trabalhava e trazia tudo para a casa. Minha mãe quando soube, disse: “tens que tomar juízo, ele coloca tudo em casa, se não quer que saias, te custa obedecer? Teu lugar é em casa!”. A situação tornou insuportável. Já não aguentava... resolvi deixá-lo com tudo, mas mesmo assim, não escapei... a pior agressão sofrida foi depois de me ter separado dele. Um dia ele me seguiu, quando tomei “buleia”³² no carro da polícia até Ponta Tâmara. Quando desci do carro, encontrei o meu amigo Tói, que também ia para o mesmo lugar – São Pedro, seguimos juntos, quando de repente ele [ex-companheiro] apareceu. Agarrou-me à força pelos braços, enquanto me arrastava e me batia, ordenou ao Tói, que seguisse a sua viagem. Fiquei com muito medo, pois, além de ter mais força, ele estava armado. Arrastou-me para um lugar muito distante... já era noite e começou a cavar uma cova e em seguida me amarrou as mãos com pedaços de corda. Fiquei a tremer de tanto medo!!! Senti o cheiro da morte... Minutos depois escutei um barulho, era um carro que se aproximava. Tentei gritar socorro, mas ele me impediu colocando as mãos na minha boca e depois colocou a faca em meu pescoço... não tive coragem! Chorei, chorei, baixinho. Agarrou-me, beijou-me. e

³¹ O Centro de Informação, Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CIAAP) é um projeto que surge em 2010 no quadro da política social da Associação de Autopromoção para as Mulheres no Desenvolvimento (MORABI). Suas ações estruturaram-se nos eixos da prevenção e combate aos problemas no campo das violências, saúde sexual e reprodutiva com ênfase nas IST’S/HIV/SIDA

³² Expressão usada no crioulo de Cabo Verde para significar “pegar carona”, como é usado no Brasil.

sempre que tentava resistir, me agredia com pedra, socos e me ameaçava com a faca... senti que se não cedesse aos desejos dele, não voltaria viva. Virei o jogo! Disse para ele “vamos para casa!? Prometo que não vou te abandonar mais!” Mais calmo, voltamos para casa, como se nada tivesse acontecido, fiquei trancada em casa... não queria que ninguém me visse naquele estado, corpo todo quebrado, mas também tinha ordens dele que era para não sair e nem falar com alguém... As agressões não pararam... mesmo grávida apanhava dele. Lembro de uma vez que insisti em falar com um amigo no telefone e ele me empurrou da escada. Perdi a criança³³ na hora. Mas isso não foi o pior. Pior, foi ele me ter impedido de ir ao hospital e me obrigar a fazer todos os trabalhos de casa, como se nada tivesse acontecido... embora sabia que era o meu trabalho, mas não sentia forças para fazer nada! Meu corpo não aguentava mais, nem a minha cabeça. Percebi que deveria arranjar uma estratégia para deixá-lo...começar a trabalhar era o caminho... comecei a trabalhar, ganhei a minha liberdade e me separei novamente. Agora estou numa outra relação. No início não foi fácil, as ameaças continuaram inclusive contra o meu atual companheiro... mas envolvi a justiça e resolveram o meu problema. Agora sou livre (...). (Doriza, empregada doméstica, 15-20 anos)

Conheci o meu ex-companheiro no meu local de trabalho, logo que vim da ilha do Fogo. Pouco tempo depois decidimos morar juntos. Não levou muito tempo para revelar quem ele era... foram dez anos de infelicidade[suspirou]... usava violência para despejar qualquer insatisfação da rua... me forçava todas as noites a ter relação sexual... sei que é meu dever, mas não foi fácil! Vivía com medo, muito medo! Sempre que as pessoas me diziam que ele estava em algum lugar bêbado, saía de casa antes que ele chegasse e ia dormir com minhas irmãs e primas. Quando chegava em casa no dia seguinte, não me deixava entrar, dizendo que devia ter passado a noite com outro homem. Pior é que a vizinhança estava do lado dele. Sempre diziam “mulher que dorme fora de casa, não presta... abre o teu olho!” Mas, como eu é que pagava a renda [de casa], acabava sempre entrando, ainda que contra a vontade dele (...) a situação caminhava de mal a pior...decidi que não ia trabalhar cansada, para sustentar a casa e aceitar desaforos de homem que não temos filhos e nem somos casados. Começamos a brigar feio... coisa que me envergonhava, pois não achei isso na minha família, pedi-lhe que saísse da minha casa. Disse que não saía, então saí eu (...). (Catarina, empregada doméstica, 45-50 anos)

Em suas narrativas, Doriza e Catarina deixam transparecer, pelo menos no primeiro momento de suas falas, que a mulher se define na relação com o parceiro, não como mulher, mas como o outro – o sexo inferior, figura alienada pela cultura dominante masculina, que ela (a mulher) é obrigada a internalizar ao longo do seu processo de socialização, deixando ao homem o papel ativo e subjetivo. Uma relação de submissão da mulher pelo homem, que não se explica, portanto, como já havia afirmado Margaret Mead³⁴, pelas diferenças biológicas, mas que resulta da forma como socialmente se constrói a relação em diferentes contextos. Uma proposta que visava não apenas a desconstrução da alteridade feminina, fundamentada no determinismo biológico, mas, de um modo mais geral, na superação das próprias metáforas dadas pela matriz do pensamento ocidental.

³³ Expressão usada no crioulo de Cabo Verde para significar “abortei”.

³⁴ MEAD, *op. cit.*

Neste sentido, torna-se importante questionar esquemas de diferenciação dicotômicos, tal como masculino/feminino, natureza/cultura como generalizável para todas as culturas. Não se trata, aqui, de negar as diferenças biológicas entre o feminino e o masculino, mas observar que tais diferenças só adquirem significado de superior/inferior no quadro do sistema de valores de cada sociedade. Na Melanésia, por exemplo, Marylin Strathern³⁵ mostra que nas relações entre os Hagen e Wiru, tudo converge para uma certa complementaridade, porém, nada equilibrada entre homens e mulheres. Para o contexto de Cabo Verde, a análise dos vários momentos de violências sofridas pela Doriza e Catarina, deixa evidente que “ser mulher” não significa, necessariamente, ser inferior e que as características biológicas do homem não lhe conferem, necessariamente, um estatuto “superior” em relação à mulher. Muitas mulheres dessa sociedade, na qual Doriza e Catarina se incluem, não dependem o tempo todo, financeiramente, dos homens. Mesmo para aquelas que, na fase inicial do relacionamento, dependiam financeiramente do companheiro, como foi o caso da Doriza, há uma tendência, diante das recorrentes situações de violências, para pensarem estratégias que lhes permitam reverter a situação. Assegurar por meio do trabalho a sua autonomia financeira foi a estratégia usada pela Doriza para se libertar da relação conjugal violenta. Catarina, por sua vez, que já trabalhava e se responsabilizava pelo pagamento da renda da casa, mostrava que possuía recursos que lhe permitiam sair da relação de submissão.

Os dois casos deixam evidente que, ainda que a cultura machista seja muito forte no contexto de Cabo Verde, as mulheres caboverdianas têm agência e se definem como sujeitas nas relações com os seus parceiros. Neste contexto, a própria submissão pode ser encarada como estratégia de resistência e uma forma de expressão de subjetividades e de agências.

Nesse caso específico, a experiência da Doriza é bastante reveladora. O voltar para a casa, significa consentir a dominação masculina, mas diante da “possível morte”, Doriza encara essa decisão como uma estratégia de resistência que lhe permitirá, posteriormente, reverter a situação, ou seja, superar o ciclo da violência.

Mesmo que se possa, em algum momento, admitir que a construção das diferenças sociais entre as duas interlocutoras e seus parceiros no trabalho e outros espaços que ocupam, possa ter como base as diferenças biológicas, não é minha pretensão fundamentar as relações violentas por elas vivenciadas, na naturalização das desigualdades. Os papéis sexuais, condutas e comportamentos dos envolvidos nas cenas de violências acima apresentados eram culturalmente construídos e não determinados pelo sexo dos indivíduos ao nascer.

³⁵ STRATHERN, *op. cit.*

A submissão resulta, portanto, do fato das interlocutoras terem incorporado as regras sociais impostas sobre seus corpos e destas (regras) passarem a orientar as suas práticas³⁶. Ou seja, as desigualdades entre as interlocutoras e seus parceiros e, por conseguinte, as violências, fazem parte da estrutura social internalizada por meio de *habitus*, que passam a organizar a forma de pensar e agir desses atores sociais.

Portanto, as violências exercidas pelos companheiros de Doriza e de Catarina não se efetivaram simplesmente por meio da força física. Foi necessário que as interlocutoras reconhecessem, mediante a estruturação de seus pensamentos e percepções, como já dizia Pierre Bourdieu³⁷, em conformidade com as próprias estruturas, a relação de dominação que lhes era imposta.

Doriza, por exemplo, é acusada pela própria mãe de estar a provocar situações de violências, quando sai de casa sem o consentimento do companheiro e que aquele “*não lhe falta nada em casa*”. A própria Doriza internaliza os valores culturais e externaliza por meio das suas práticas. Isso ficou explícito, em seu discurso, quando revela ter consciência que cabia a ela a realização dos trabalhos domésticos. A não realização dessas tarefas, em alguns momentos, não se justifica pelo fato de não reconhecer que lhe cabe este papel. Mas, como afirma, “*não sentia forças para fazer nada! meu corpo não aguentava mais, nem a minha cabeça...*”.

Essa questão da internalização dos valores culturais, ainda que indiretamente, está, igualmente explícita no discurso de Catarina, quando reconhece o ato sexual como uma obrigação implícita no próprio fato de estar numa relação conjugal. Com efeito, ao afirmar que, não sendo dependente financeiramente do marido, não havendo entre eles uma relação de casamento e nem resultarem filhos daquela relação, não deveria “*aceitar desaforos de homem*”, deixa, de certa forma, explícito que o exercício da violência pelos homens contra as mulheres, pode ser aceite em situações de casamento, da existência de filhos na relação e de falta de autonomia financeira. Aqui, fica evidente que, no contexto do estudo, a dominação masculina nas relações conjugais, transcende não apenas, a questão da conjugalidade, como da própria dinâmica de organização familiar. Assim, ainda que se opere nesse contexto, com as metáforas mulher/homem, a sua associação à categoria inferior/superior deve ser relativizada. Sendo assim, os comportamentos de homens e mulheres, não só não devem ser naturalizados, como não devem ser vistos a partir de uma matriz universalista e essencialista.

³⁶ BOURDIEU, *op. cit.*

³⁷ *Id., ibid.*

Mostra-se assim necessária uma análise que busque a desconstrução da alteridade feminina, fundamentada no determinismo biológico, e, de um modo mais geral, da superação das metáforas dadas pela matriz do pensamento ocidental, seguindo um pouco na linha do que propôs Sherry Ortner³⁸, Gayle Rubin³⁹ e Marilyn Strathern^{40, 41}.

Para além do patriarcado como operador das desigualdades

Se no item anterior a preocupação era sustentar a análise dos dados empíricos numa abordagem que busca as razões da opressão no sistema de valores de cada sociedade, fazendo, contudo, referência que onde há poder existe a probabilidade de resistência, neste item, proponho aprofundar a análise de comportamentos no sistema de relações que se estabelecem entre os atores sociais envolvidos em situações de violência e nos significados que atribuem às relações sociais de gênero. Tal como alude Rubin⁴², na obra *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*, busco evidenciar que o patriarcado, bastante usado pelas ONGs de promoção da igualdade de gênero no país para justificar a dominação masculina, por si só não é suficiente para dar conta das hierarquias de gênero, e, por conseguinte, das violências na conjugalidade.

Ainda que se admita que o patriarcado faz parte da sociedade caboverdiana, desde o período colonial e continua presente no pós-independência, interessa referir que existem casos de mulheres que, rompendo com certos valores culturais, conseguiram ocupar lugares de tomada de decisão. A própria chefia e/ou representação das famílias foram e continuam a ser assumidas por muitas mulheres nesse país. Aqui, me parece necessário separar o discurso ideal de família conjugal nuclear chefiada por homens, cujo fundamento se encontra na matriz do pensamento ocidental, dos diferentes arranjos familiares, próprios do contexto de Cabo Verde, o que deixa evidente que não existe uma relação direta entre o “*ser mulher*”, e “*ser inferior*” e entre o “*ser homem*” e “*ser superior*”.

³⁸ ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for sexual meanings. In: *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

³⁹ RUBIN, Guyle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Trad. de Christine Rufino Dabat, Edileusa da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>. Acesso em: 11 maio 2016.

⁴⁰ STRATHERN, Marilyn; FERRARI, Florencia; DULLEI, Iracema; PINHEIRO, Jamille; VALENTINI, Luísa (Coord.). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014; STRATHERN, 2006.

⁴¹ Serão destacadas na análise as obras *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia* (2006) e *O efeito etnográfico e outros ensaios* (2014).

⁴² RUBIN, *op. cit.*

Com efeito, se uma percentagem significativa de mulheres teve/tem o controle da unidade doméstica⁴³, mesmo que alguns trabalhos produzidos até a década de 2000 e o senso comum insistam em destacar o caráter patriarcal da sociedade caboverdiana e a trazer uma abordagem vitimista da mulher, fica evidente tratar-se de uma realidade complexa, cuja análise requer que se vá além de uma abordagem que enfatiza o patriarcado. Embora o patriarcado continue, em alguns casos, um importante operador das desigualdades e das violências, é igualmente interessante a interlocução com outros marcadores sociais, tais como: gênero, classe, conjugalidade, marcadores geográficos, entre outros. Além da possibilidade de pensar o matriarcado, a crescente intromissão do Estado nas questões íntimas tende, como refere Adilson Semedo⁴⁴, a retirar o homem do centro. Como refere, a chefia/representação da família é cada vez mais vista como algo que deve ser partilhado entre homens e mulheres e que, entre eles, existe uma relação de complementaridade.

Mudjer ten k ten família⁴⁵: representações de gênero e submissão da mulher a relações violentas

Busco, em alternativa ao patriarcado, e na linha da Marilyn Strathern⁴⁶, mostrar que a opressão/dominação é produto de relações específicas que a configura e não apenas o reflexo da imposição dos valores culturais.

A narrativa da Claudeth, feita a partir da entrevista realizada na sala da mediação da Casa do Direito, que a seguir se apresenta, é bastante elucidativa desta situação.

Quando decidimos morar juntos, há 5 anos atrás, eu tinha um filho de outra relação. Embora sabia que era difícil um homem do interior [Libron dos Engenhos] aceitar uma mulher com filho de outro homem, fui clara com ele desde o início. Nunca escondi dele que tinha... Quando ele me levou para conhecer a sua família, levei o meu filho. Percebi que não gostaram muito de mim por causa dele [meu filho], questão que ficou confirmada quando decidimos morar juntos, e que a sua mãe me disse que, para o bem da nossa relação, devia deixar o meu filho com a minha mãe, porque “filho de fora sobretudo da parte da mulher, é só problema”. Quando decidimos morar juntos, também percebi que o Paulino não queria. Disse-

⁴³ O papel de chefia/representação da família, por exemplo, tende cada vez mais a ser assumida pelas mulheres (Censo 2000, 2010 e IMC, 2016). Passou de 40% em 2000, e 48% em 2010 e já 2016, os dados apontaram para 47,6%.

⁴⁴ SEMEDO, Adilson Filomeno. *Religião e cultura: a influência da religião católica na reprodução da dominação masculina em Cabo Verde*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.

⁴⁵ Expressão do crioulo de Cabo Verde para significar que a mulher se constitui na família. Tradução para português: A mulher precisa ter família.

⁴⁶ STRATHERN *et al.*, *op. cit.*

me: “gosto muito de ti, mas “n’ ka kre karega fidju de otu ômi... decidi!”⁴⁷. Fiquei alguns dias sem saber o que fazer: Não queria perder a oportunidade de construir a minha família, mas também, não queria separar do meu filho! Só eu sabia o quanto não queria isso! Ainda me dói falar disso, mas tive que aceitar a decisão dele, para que as pessoas da minha comunidade me vissem de outra forma. Precisava me sentir uma mulher respeitada... no meu interior, mulher com filho e solteira não era respeitada e dificilmente conseguia um homem que a valorizasse e que quisesse fazer a vida com ela. Estava muito confusa diante da situação. Decidi abrir com a minha mãe (uma mulher que viveu toda a sua vida como mulher solteira e que sempre mostrava o quanto era difícil criar filhos sozinha, sem contar que não era muito respeitada por causa disso...) que me disse “aceita morar com ele e eu cuidarei do teu filho...” ali encontrei a força que precisava para tomar a decisão. Aceitei e fomos morar numa casa de renda na Várzea (durante 3 anos) e depois numa casa que herdou do seu tio (cerca de 2 anos). No início, visitava o meu filho quase todos os finais de semana, quando não podia, por causa do trabalho, ele vinha me ver... Fiquei grávida logo nos primeiros meses e na altura já trabalhava numa pequena loja e ele também já trabalhava. Após o nascimento do nosso filho, ele começou a criar problemas sempre que saía, inclusive para visitar o meu filho... Pouco tempo depois, o meu patrão morreu e fiquei sem trabalho. Mas eu sempre dava um jeito, fazia rebuçados, vendia, comprava verduras... Nunca precisei dele para pagar as nossas contas, sempre ganhava mais do que ele... precisava ter uma família... precisava ser aceite na relação com as minhas amigas que tinham família, precisava que os outros homens me respeitassem... Me dizia palavras horríveis em frente dele [meu filho]. Ficava zangada, mas não deixava ele aperceber. Não queria que ele me abandonasse, não queria viver que nem a minha mãe. Se com um filho de fora é difícil, imagina com dois de pais diferentes! (Claudeth, vendedora ambulante, 25-30 anos)

Sua narrativa permite evidenciar que as relações entre trabalho doméstico e o processo de reprodução do trabalho, tal como analisado por Karl Marx e Friedrich Engels, não são suficientes para explicar a subordinação da mulher. Apesar de, em vários momentos de seu discurso Claudeth deixar claro que o homem ocupa um lugar central nas relações sociais e de gênero em Cabo Verde, com particular destaque para as suas localidades de origem, não deixou de salientar que a tarefa de prover a família nunca esteve exclusivamente sob a responsabilidade do companheiro. Claudeth sempre trabalhou fora de casa, auferindo salários, por vezes, superiores ao do companheiro. A responsabilidade sobre as despesas da casa sempre foi compartilhada. Mesmo nos momentos em que foram confrontados com o desemprego, essas responsabilidades continuaram a ser assumidas por ambos. Na altura, moravam na casa herdada pelo companheiro e através da venda ambulante que fazia (Claudeth), conseguia suportar as outras despesas da família.

Embora ambos exerçam uma profissão remunerada e compartilhem a chefia/representação da família, suas relações não deixaram de ser permeadas por desigualdades de gênero e, por conseguinte, marcadas por situações de opressões. Como alude Gayle Rubin⁴⁸,

⁴⁷ Expressão usada no crioulo, usado para significar: “não quero suportar os custos da educação de um filho nascido de outra relação”.

⁴⁸ RUBIN, *op. cit.*

(...) toda sociedade tem algumas formas sistemáticas de lidar com sexo, com gênero e com bebês. Esse sistema pode ser sexualmente igualitário, pelo menos em teoria, ou pode ser “estratificado em gêneros”, como parece ser o caso da maioria dos exemplos conhecidos. Mas é importante – mesmo diante de uma história deprimente – estabelecer uma distinção entre a capacidade e a necessidade humana de criar um mundo sexual, e as formas opressivas empíricas nas quais os mundos sexuais foram organizados. A palavra patriarcado encerra ambos os sentidos no mesmo termo. O sistema de sexo/gênero, por sua parte, é um termo neutro que se refere a essa esfera de relações, e indica que a opressão não é inevitável nessa esfera, mas é produto das relações sociais específicas que a configuram⁴⁹.

O que pretendo mostrar, à luz dessa afirmação de Gayle Rubin⁵⁰, é que, ainda que o patriarcado opere nas relações entre a Claudeth e o companheiro, este (o patriarcado) não consegue dar conta de todos os sistemas de desigualdades expressos em razão do sexo, do gênero, da conjugalidade e das representações sobre famílias que marcam as suas relações.

Nesse caso em concreto, o patriarcado deixa de ser central na análise da subordinação da mulher/violência contra a mulher, para dar lugar à forma como as relações de gênero são produzidas e organizadas naquele espaço. ou, como refere Miriam Grossi⁵¹, para ser analisado como algo que se constitui na dinâmica da relação entre os dois polos – homem e mulher. A submissão e permanência da Claudeth à relação violenta não se justificavam pela dependência financeira ou pelo fato do poder se centralizar, naquela localidade, na figura do homem, mas sobretudo, pela forma como aí se encaravam o *filho de fora* ou ser *mãe solteira* e a importância do constituir família, bastante marcada pela ideia de uma família nuclear ocidental. A opressão/submissão da mulher à relação conjugal violenta é, neste sentido, o produto das relações sociais específicas que se estabelecem nesses contextos e do significado que os atores sociais envolvidos na cena violenta atribuem às suas ações e a dos outros com que tecem relação.

Para além da necessidade de relativizar i) a teoria do patriarcado para que possamos compreender como os atos violentos são significados pelos atores envolvidos na relação⁵² e ii) o gênero como uma categoria fundante da relação⁵³, a narrativa da Claudeth mostra que é insuficiente

⁴⁹ *Id.*, p. 13.

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*

⁵¹ GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Estudos de Gênero: Cadernos de Área 9*, Goiânia, v. 9, pp. 29-46, 2000.

⁵² SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista E.I.A.L. – Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe*, Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, pp. 147-164, 2005.

⁵³ GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. *In*: PEDRO,

analisar o problema da violência como algo que decorre da comunicação entre os casais, sem levar em consideração o poder desigual que marca suas relações e sem cruzar outros marcadores de diferenciação social.

Ao justificar sua submissão à necessidade de ter uma família nuclear, o discurso da Claudeth permite, de certo modo, perceber que o poder colonial insiste em se fazer presente na sociedade caboverdiana atual e que as questões morais do campo dos valores e da imagem pública da mulher marcam as relações de gênero e poder nesse contexto. Ainda que se reconheça como agente, ou como provedora da família, questão que, conforme Celeste Fortes⁵⁴, nos obriga a “problematizar a ideia e a definição da sociedade caboverdiana como uma sociedade patriarcal e do homem como o provedor da casa”, Claudeth continua presa ao modelo nuclear e ocidental de família.

Essa questão está igualmente explícita no relato da Maria, escutado na recepção da Casa do Direito⁵⁵ que se segue,

Não é a primeira vez que sou agredida e nem a mais pior das agressões que sofri... tenho 56 anos de idade, nunca tive sorte com um homem que me colocasse dentro de casa... que me desse valor... Sempre fui “rapariga”⁵⁶... por causa disso sofro calada todo o tipo de violências: dos homens [com quem envolvi] que não me respeitem, que me humilham por ter passado pelas mãos de vários homens; das suas verdadeiras mulheres que me perseguem; e da comunidade que me discriminava, por ter vários “pais de filhos” enfim... Cheguei a dizer que era melhor ter um homem em casa ainda que me castigasse do que continuar mãe solteira. Acho que fui castigada... continuei mãe solteira e a cada relação várias histórias de violências. Tenho quatro filhos. Os dois primeiros têm o mesmo pai; os outros dois, cada um com o seu pai. Sempre me virei para dar comida e escola. Seus pais nem querem saber... Com o homem que estou junto agora não tenho filho. Ele é o mais mal educado de todos. Por causa dele, tenho o meu corpo todo tingido e já estou há muitos dias sem trabalhar. Costumo passar 9 a 10 dias na cama e sem conseguir nem levantar os braços de tanta dor por causa das agressões, mas mesmo assim não fui ao hospital, tomo ibuprofeno e a dor passa. Já me inchou os olhos me deixando vários dias sem poder ver.. agrediu também o meu filho mais velho quando tentou nos separar de uma briga. Agora eu já não tenho força porque estou toda machucada (...). (Maria, empregada doméstica, 55-60 anos)

Ainda que nesse caso se considere, à semelhança de Pierre Bourdieu⁵⁷, que a compreensão das relações de poder exercida, especialmente pelo atual companheiro da Maria, demande que se

Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. pp. 293-313.

⁵⁴ FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico*, UnB, Brasília, v. 40, n. 2, pp. 151-172, 2015.

⁵⁵ Espaço, localizado entre a sala de espera e a sala de atendimento psicológico, que também servia de arquivo dos relatórios de atendimento. Por cumprir essas funções, a sala acabava por ser um espaço de tensão, de medo e insegurança para a vítima.

⁵⁶ Expressão do crioulo, significando “amante”.

⁵⁷ BOURDIEU, *op. cit.*

faça intervir o *habitus* e as condições sociais que lhe produzem e que lhe garantem a real eficácia, é no significado que Maria confere à presença de um homem em casa que se deve procurar as razões da submissão. As mulheres convivem com uma dupla tensão: entre o assumir a responsabilidade pela família e perseguir um sonho de família ideal – a família nuclear. Neste sentido, compartilho das ideias desenvolvidas pela antropóloga Celeste Fortes⁵⁸, quando diz que

cabe a elas [as mulheres] a gestão econômica da casa e a gestão do dia a dia dos filhos... As mulheres mães lutam para ter um lar considerado saudável e estruturado, dentro de um contexto onde o único caminho socioculturalmente viável para o alcance desse objetivo é a formação de uma família nuclear e patriarcal. As casas cabo-verdianas marcadas pela forte matricentralidade das relações familiares lutam, portanto, em duas frentes. Se, por um lado, no cotidiano têm de criar estratégias para driblar os vários constrangimentos, por outro lado, essa luta afasta-lhes da possibilidade de concretização desse projeto de família nuclear (...)⁵⁹.

Percebo, contudo, que mais do que tentar entender porque os homens dominam, é necessário:

i) entender como funciona esse processo de dominação nos diferentes contextos sociais; ii) compreender as múltiplas relações implicadas nas diferentes situações e, sobretudo, iii) as diferentes apropriações dos sujeitos a partir de um eixo que busca a interseção entre os vários marcadores de desigualdades sociais (questão que retomaremos mais à frente).

Quando as mulheres resistem ao poder dos homens e superam o ciclo de violências

No item anterior, procurei mostrar que, além da necessidade de respeitar as particularidades locais, é importante que não se limite a análise dos comportamentos aos fatores externos (patriarcado/cultura machista), dado que pode anular as possibilidades de resistências e, por conseguinte, de agências dos indivíduos, ou seja, não permite captar a forma diferenciada com que os indivíduos reproduziam em suas relações tais modelos culturais.

Interessa perceber que, ainda que os dominantes tenham a legitimidade para exercerem o poder sobre os dominados, como bem frisa Pierre Bourdieu⁶⁰, estes (os dominados) podem, por sua vez, desenvolver conhecimentos sobre esse campo que lhes permitam não apenas o acesso, mas, igualmente, o exercício do poder sobre aqueles (os dominantes). Portanto, o poder não constitui um privilégio exclusivo da classe dominante – dos homens, como muitos clássicos dos estudos de

⁵⁸ FORTES, *op. cit.*.

⁵⁹ *Id.*, p. 154.

⁶⁰ BOURDIEU, *op. cit.*

gênero, orientados pela matriz do pensamento ocidental, insistem em colocar. Qualquer um pode exercê-lo, dependendo da sua capacidade de produzir conhecimento e utilizá-lo a seu favor⁶¹.

Assim, retomando as narrativas da Doriza e Catarina, observo que suas experiências de vida, não só foram marcadas por momentos de submissão aos valores culturais, como também por momentos de resistências, ou como referem Manuela Furtado e José Carlos dos Anjos⁶², por formas de aprendizagens, negociações e superação do ciclo da violência. Portanto, o poder não é aqui entendido como algo estático, ou que se impõe a partir de um único polo da relação – o polo masculino, como refere Pierre Bourdieu⁶³, mas, como algo que circula, podendo ser exercido tanto por homens como mulheres⁶⁴.

Analisando os vários momentos de relação das duas interlocutoras, pode-se constatar que as violências não são percebidas exclusivamente como resultado de uma ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres, anulando a autonomia das mulheres ou, no quadro de uma relação de poder descrita pelo viés da dominação patriarcal⁶⁵, que percebe a mulher como sujeita e vítima, mas, sobretudo, no quadro de uma relação de poder, dinâmica e relacional, [podendo ser] exercido por ambas as partes envolvidas na relação.

Portanto, apesar da Doriza e da Catarina terem sido objetificadas no primeiro momento da cena violenta, num segundo momento, elas se colocaram como sujeitas e reagiram às situações de violências a que foram submetidas pelos companheiros. Mesmo que o machismo, associado à dependência financeira, no caso particular da Doriza, tenham engendrado sentimentos de medo, insegurança e impotência, resultando na submissão aos desejos dos companheiros, importa ressaltar que nenhuma dessas atoras permaneceram passivas o tempo todo nas relações violentas.

A necessidade de preservar a unidade doméstica e/ou de concretizar o projeto de uma família nuclear idealizada⁶⁶ ou, como refere Oyèrónké Oyèwúmi⁶⁷, de uma família nuclear, que interpreta as mulheres (brancas de classe média) como esposas, também apareceram como um

⁶¹ FOUCAULT, *op. cit.*

⁶² FURTADO, Manuela; ANJOS, José Carlos. Incompatibilidades de gênero: caso de São Miguel. In: SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Gênero e sociabilidades no interior de Santiago*. Praia; Porto Alegre: Edições UNI-CV; Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Sociais Caboverdianos, v. 4, III Série).

⁶³ BOURDIEU, *op. cit.*

⁶⁴ SANTOS; PASINATO, *op. cit.*

⁶⁵ SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Labrys Estudos Feministas. Cadernos Pagu*, n. 16, Campinas, 2001.

⁶⁶ FORTES, *op. cit.*

⁶⁷ OYÈWÚMÍ, Oyèrónké. *Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas (Family bonds/Conceptual binds: African notes on Feminist Epistemologies)*. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha. *Signs*, v. 25, n. 4, Feminisms at a Millennium, pp. 1093-1098, 2000

elemento importante para explicar a submissão das duas interlocutoras. Não obstante, mesmo nesses casos, houve possibilidades de resistências e superação por parte daquelas.

Como se pode notar a partir da narrativa da Guida, que a seguir se apresenta, as constantes situações de violências despertam nas mulheres uma certa determinação e coragem, levando-a a agir.

(...) Tudo tinha que ser do jeito dele. E não tinha como contrariá-lo. Quem trabalhava era ele... decidi que tinha de trabalhar! Comecei como empregada doméstica em casa da sua prima, mesmo contra a vontade dele... tinha que sair do trabalho, correndo, para que quando ele regressasse encontrasse tudo direitinho. Era o único jeito para continuar a trabalhar... Saía [o companheiro] de casa sexta-feira e costumava regressar na segunda-feira e tinha que encontrar roupa lavada e passada a ferro... ai de mim se perguntar sobre o seu sumiço! Para evitar, ficava sempre quieta. Não podia falar com ninguém na rua, nem ir à casa dos meus familiares. Controlava todos os meus passos... mas... não queria que a minha filha crescesse longe do pai. A minha irmã que vivia em São Vicente, quando soube da minha situação, me pediu que o abandonasse. Veio me buscar, mas não fui porque seria pior. Não tinha condições para criar a minha filha... não queria isso e a minha irmã ficou furiosa... por mais que me tratava mal, eu ficava! Foi necessário ele me colocar fora de casa para eu ver que era possível tocar a minha vida sem ele. Vou te dizer como tudo aconteceu... numa sexta-feira ele saiu e chegou de madrugada. Bateu à porta, num primeiro instante não ouvi, pois estava a dormir. Continuou a bater, ouvi bem fundo e quis esperar que batesse de novo para certificar. Depois de algum tempo desci e atirei-lhe a chave da janela e fui me deitar. Contrariado por ter considerado que não abri a porta propositadamente, disse-me que naquele dia iria sair daquela casa, ao mesmo tempo me empurrava em direção à porta (...). (Guida, técnica assistente numa clínica dentária, 35-40 anos)

Embora muitas mulheres confrontadas com situações de violências na relação conjugal tendam a ocultar esta prática, as recorrentes situações de violências podem levá-las a acionar redes de apoios familiares e institucionais como estratégias de resolução dos conflitos. As narrativas da Guida, que continuo a apresentar, são bastante reveladoras.

Tentei envolver a sua mãe que conosco morava, mas não adiantou... Estava de pijama e sem chinelo nos pés e ele me disse que ia sair do mesmo jeito e naquele instante. Disse que tinha que escolher entre ficar e aguentar as consequências ou sair de casa. Como não aguentava mais sofrer, preferi sair. Fiquei na rua e tive medo de bater na porta dos vizinhos porque senão no outro dia ele iria pensar que “deitei” com outro homem. Eugénio Lima é perigoso, mas naquele momento nem senti medo, direcionei para a Esquadra de polícia da zona, que fica perto da rotunda. Foi a primeira vez que fui para polícia... estava de pijama e os seios praticamente à vista. Quando cheguei, alguns começam a gozar, a dizer se a minha cama tinha sido partida... mas depois de me ouvir, me aconselharam a dormir ali e no dia seguinte quiseram me acompanhar em casa, mas não aceitei. Chegando em casa, perguntei se podia entrar para vestir. Ele disse que podia entrar. Quando entrei, vesti, peguei as minhas roupas e saí. Na saída, ele me disse se não íamos conversar, mas disse que depois de ter me colocado na rua, não

tínhamos mais nada para conversar. No primeiro momento fui para a casa do meu irmão, em Cidade Velha, mas como lá não tinha como fazer a vida, acabei seguindo o conselho e aceitar a sua ajuda. Então voltei para Eugênio Lima... bom, ela [amiga e antiga vizinha da Guida] tinha me dado um quarto para ficar, mas eu não tinha nem uma cama... meus vizinhos me surpreenderam... no dia seguinte quando voltei da MORABI onde fui procurar apoio para começar meus negócios, quando cheguei em casa, tinha de tudo um pouco, cada vizinho tinha levado uma coisa... fiquei sem palavras, não sabia que tinha feito tantas amizades naquele lugar. A eles, às minhas famílias, à MORABI consegui retomar a minha vida, estudar e agora trabalho numa clínica dentária. Estou numa outra relação, tudo muito diferente (...). (Guida, técnica assistente numa clínica dentária, 35-40 anos)

Nesta narrativa, é importante perceber que os próprios momentos de submissão ao excessivo controle do companheiro foram permitindo a Guida, as condições para conseguir a sua autonomia e, por conseguinte, libertar-se do ciclo de violências perpetuadas naquela relação. Percebendo que o que estava em jogo era, sobretudo, a sua dificuldade financeira, Guida decidiu começar a trabalhar, ainda que contra a vontade do companheiro e mesmo que, para isso, tivesse que assumir sozinha os trabalhos domésticos e de cuidados com a filha. As várias avaliações que foi fazendo da sua relação; o envolvimento dos familiares (sogra e irmão) e redes de vizinhança; o recurso a redes externas de apoio (MORABI e o Gabinete de Apoio da Vítima de VBG da Esquadra da Polícia, de modo particular), e as tentativas de negociações da relação, mostram que Guida é uma agente que participa na construção de sua subjetividade e que, portanto, não permanece passiva diante dos valores culturalmente impostos pela sociedade caboverdiana.

As situações de violências experienciadas pela Guida permitem, portanto, tal como refere Miriam Grossi, romper com as ideias que rejeitam o caráter dinâmico das relações de poder, jogando as mulheres na condição de vítimas passivas na relação conjugal violenta.

As violências experienciadas pela Guida na conjugalidade devem, assim, ser pensadas como algo que se constitui na relação com o companheiro e não como algo que se impõe apenas do polo masculino da relação. Com efeito, o poder enquanto elemento definidor dessas violências deixa de estar localizado exclusivamente na figura do homem, ou ser exclusivamente exercido por este, para, à semelhança do que defende Joan Scott⁶⁸, ser visto como algo descentralizado e/ou que circula na relação, para usar a expressão de Michel Foucault⁶⁹. As mulheres não só se submetem a alguns momentos da cena violenta, como revelam capacidades de resistência aos arranjos opressivos em diferentes momentos da relação.

⁶⁸ SCOTT, *op. cit.*

⁶⁹ FOUCAULT, *op. cit.*

O discurso de Guida e os de outras interlocutoras envolvidas nesse estudo, permitiram notar um pouco na linha de ideia da antropóloga Miriam Grossi⁷⁰, de que mesmo que as violências sejam exercidas, essencialmente, pelos companheiros, as mulheres coparticipavam nas cenas. Mesmo considerada “vítima privilegiada” da violência conjugal, Guida conseguiu resistir às diferenças sexuais socialmente impostas na sociedade caboverdiana.

Neste particular, ainda que compartilhe da proposta de Heleieth Saffioti⁷¹, que as mulheres não são vítimas [passivas] e nem cúmplices [o tempo todo] no quadro de uma relação de poder desigual, considero sua proposta insuficiente para dar conta da complexidade da violência vivenciada seja pela Catarina e Doriza, seja pela Guida.

Ainda que, à semelhança da Saffioti⁷², concorde que o ato de submissão não seja consentido pelas mulheres, que, num primeiro momento, são, em virtude de uma relação desigual de poder, obrigadas a se submeterem, é interessante perceber que as três interlocutoras conseguiram usar estratégias que lhes permitiram reverter o poder em seus próprios benefícios. Além de, num segundo momento, manifestarem coragem para exercer o poder de decisão na relação, foram capazes de se separarem dos agressores, e, conseqüentemente, romperem o ciclo de violência. Ainda que o rompimento com o ciclo de violência não venha a ser definitivo, pois podem iniciar novas relações e estas virem a ser marcadas por violências, como foi o caso de Maria, anteriormente referido, importa destacar que os conhecimentos adquiridos nas relações anteriores podem lhes possibilitar outras formas de lidar com o problema.

Dessa maneira, a ideia de que elas não disponham de poderes suficientes para recusarem a submissão⁷³, ou que mesmo tendo o poder, os dominados, via de regra, utilizam, em suas lutas, as próprias categorias produzidas para sua dominação⁷⁴, não me parecem suficientes para compreender a complexidade das experiências de violências vivenciadas pelas minhas interlocutoras. Ainda que os companheiros da Doriza e da Guida, em particular, procurem transformá-las em sujeitas passivas, e destituídas de autonomia, não foi anulada a possibilidade de reação e de ruptura com as situações de violências. Isso não só deixa transparecer que as relações de poder pressupõem a existência da liberdade, isto é, que só é exercida entre sujeitos capacitados a resistirem⁷⁵, ou como

⁷⁰ PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs). Masculino, feminino, plural: gênero
Florianópolis: Editora Mulheres, 1998b.

⁷¹ SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em perspectiva: a violência disseminada. *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 13, n. 4, out./dez. 1999

⁷² *Id.*, *ibid.*

⁷³ SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995.

⁷⁴ BOURDIEU, *op. cit.*

⁷⁵ FOUCAULT, *op. cit.*

um domínio de agência⁷⁶, mas também que a análise dessas relações pressupõe, igualmente, uma abordagem interseccional do problema.

Além, portanto, de compartilhar da ideia que homens e mulheres são sujeitos ativos na relação, que é necessário, de um modo geral, superar a matriz do pensamento ocidental, reconheço a necessidade de superar análises centradas em marcadores de diferença de modo isolado e/ou “hierarquizado”⁷⁷, para trazer uma abordagem interseccional que cruze os vários marcadores de desigualdade social (classe social, gênero, conjugalidade e marcadores geográficos)⁷⁸.

Para além do gênero e da classe social como meio subjetivo de exercer o poder

No item anterior, pude perceber que a abordagem essencialista e universalista própria do feminismo ocidental não permitia apreender a diversidade de experiências de mulheres de diferentes contextos sócio-históricos. Ainda que se possa institucionalizar o sexismo como sistema de dominação, importa ter presente que o mesmo não determina, de forma absoluta, todas as formas de expressão de violências vivenciadas pelas mulheres caboverdianas. Portanto, a forma universal como as feministas brancas concebiam a mulher, tomando o gênero como a categoria fundante, não era/é representativa da diversidade de mulheres que habitam esta sociedade. Admitir a ideia de que as próprias características biológicas, a partir das quais se pensa o gênero, são socialmente construídas, deixa, em certa medida, transparecer que representações binárias e hierárquica do gênero não permitiam encaixar as situações de violências vivenciadas por todas as mulheres.

O testemunho da Flávia, que a seguir se apresenta, chama a atenção, à semelhança do que propõem Gayatri Spivak⁷⁹, Marilyn Strathern⁸⁰, Oyeronké Oyewumi⁸¹ e Celeste Fortes⁸², para a necessidade de desestabilizar narrativas eurocêntricas e androcêntricas, de forma a respeitar as particularidades de cada sociedade.

⁷⁶ BUTLER, Judith. *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. (1990).

⁷⁷ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; QUIJANO, Anibal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina: la colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO, 2000.

⁷⁸ Spivak, *op. cit.*; LUGONES, *op. cit.*; MOHANTY, *op. cit.*; OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series*, v. 1. Dakar: CODESRIA, 2004. pp. 1-8.

⁷⁹ SPIVAK, 2010.

⁸⁰ STRATHERN *et al.*, 2014; STRATHERN, 2006.

⁸¹ OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series*, v. 1. Dakar: CODESRIA, 2004. pp. 1-8.

⁸² FORTES, 2015.

Vivemos há 17 anos juntos e passamos por muitas dificuldades na vida. Conhecemos no liceu. Morava em Calabaceira com os meus pais e, como aos 14 anos a minha mãe faleceu e a relação com o meu pai e madrasta não era boa, decidimos eu e a minha irmã sair de casa e morar juntas... o início não foi fácil, mesmo que tínhamos apoio dos familiares do interior. Minha irmã decidiu parar de estudar para trabalhar e poder assumir as despesas da casa e me manter na escola... Pouco tempo depois, cada uma arrumou o seu namorado, ficou grávida e separamos. A Bia [irmã da Guida] foi morar com o seu namorado e eu, como a casa era dos pais do meu namorado, fiquei por aqui mesmo com ele (...) A minha ideia era depois fazer a minha casa... toda a mulher tem esse sonho! Pouco tempo depois, Lino [companheiro da Guida] começou a namorar outra pessoa e passou a viver num mundo de ilusão. Pior foi quando o seu pai lhe comprou um carro para fazer a distribuição de pães e bolachas que faziam em sua padaria. Enquanto eu ficava em casa ajudando a fazer e vender pães e bolachas, ele terminava de vender e rodava⁸³. Decidi, mesmo contra a vontade do Lino e de seus pais, começar a trabalhar logo que engravidei do meu filho Wilson. Comecei em casa de uma senhora na zona de Fazenda. Como perceberam que eu era “boa de venda”, decidiram adquirir um carro de venda tipo “lanchonete” e me entregaram para trabalhar. Recebia 8 mil escudos por mês. A nossa relação ia além de patrão e funcionário, faziam de tudo para que eu sentisse parte daquela família. Eu também fazia de tudo para lhes agradar. Abriram uma loja e começamos a vender muitas coisas, inclusive os produtos que traziam da horta que tinham no interior. Seu pai me dava sobra de papaia para fazer pontxi⁸⁴. Quando comecei a fazer, foi um sucesso! Ele continuou a distribuir pães e juntamente com o seu pai começaram a fazer aguardente. Também nessa parte eu ajudava. Enquanto faziam aguardente, eu preparava tudo: lavava garrafa, fazia engarrafamentos e vendia na loja, em casa. Não me pagavam por aquele trabalho e nem dividiam lucros comigo. Sua mãe lhe dizia que tinha de me pagar todos os meses, mas ele nunca pagava... O comportamento de Lino foi piorando e eu já não conseguia confiar nele como dantes. Começamos a discutir, a nos desentender, mas era passageiro. (Flávia, vendedora, 30-35 anos)

A narrativa da Flávia permite desconstruir algumas categorias dadas pela matriz do pensamento ocidental: as noções de i) gênero, centrada na ideia de papéis sexuais, e da ii) dominação, em sua interlocução com as questões de gênero, são algumas das categorias que, ainda que usadas no contexto de Cabo Verde, devem ser analisadas a partir dos significados que ali adquirem. Tal como Marilyn Strathern⁸⁵, não é minha pretensão invalidar os pressupostos feministas de raiz ocidental na análise da vida social das/os caboverdianas/os. O que proponho, a partir da escuta de relatos e narrativas das mulheres envolvidas em situação de violências e da observação da dinâmica de interação entre as mulheres e homens e os operadores da lei, nas estruturas da Rede Sol – Praia, é evidenciar a forma particular como se constroem os discursos sobre as relações de gênero no país.

⁸³ Expressão do crioulo para significar “vadiagem”.

⁸⁴ Uma espécie de licor.

⁸⁵ STRATHERN, *op. cit.*

Os dados recolhidos permitiram notar que a dicotomia homens/mulheres não refletia a diversidade das relações de gênero em Cabo Verde. O discurso de Flávia, acima apresentado, permite evidenciar que sua relação com Lino é uma relação entre categorias desiguais, mas não necessariamente hierárquica.

Mesmo não tendo controle sobre os artigos de cuja produção participava (pães, bolachas e *pontxi*), e nem sobre o capital gerado da venda desses produtos no espaço público, pelo companheiro, Flávia desempenhava um papel de extrema importância nesse processo. As transações no espaço público, que conferiam mais dinheiro e *status* social ao companheiro, somente foram possíveis graças ao engajamento da Flávia na produção. Não obstante a complementaridade de suas ações, dependendo dos contextos de inserção, do tipo de vínculo conjugal, da classe social de origem e dos momentos de interações, pode-se encontrar uma multiplicidade de relações de gênero e de redes familiares e de parentescos tradicionais que não remetem, necessariamente, para uma relação desequilibrada do poder.

Deste modo, fica, de certa forma, evidente que não faz sentido operar com a categoria “dominação” proposta por Pierre Bourdieu⁸⁶, dado que limita o exercício do poder aos homens. De igual modo, não me parece suficiente abordar as relações de dominação experienciadas pela Flávia, centrada na ideia do gênero limitado ao controle do sexo e de recursos⁸⁷, pois impossibilitaria a visibilização e reconhecimento de agência desta (da Flávia).

Interessa, portanto, perceber que não se trata, simplesmente de denunciar a existência de um sistema generalizante e excludente do ponto de vista da raça e do gênero, mas, sobretudo, de chamar a atenção para a necessidade de uma abordagem que cruza diferentes marcadores de desigualdade social na análise de realidades concretas. O trecho da narrativa da Flávia que, a seguir, se apresenta chama atenção para a necessidade de definir abordagens que levem em consideração as diferenças essenciais que existem entre *mudjer de fora* e *mudjer de dentu kasa* ou “*rapariga*” e “*Mudjer de*”; mulheres pobres e de classe média, sem esquecer de marcadores geográficos e da geração.

A partir de 2014, a situação piorou, já não conseguia aceitar o fato dele ter assumido uma outra mulher e sobretudo, a sua falta de tempo e desrespeito para comigo, os filhos e os próprios pais. Por causa daquela rapariga⁸⁸, ele criou muitas ilusões... Para não sentir controlado, disse que preferia me dar de tudo em casa. Mas não consigo... Gosto de ter o meu dinheirinho para comprar o que

⁸⁶ BOURDIEU, *op. cit.*

⁸⁷ QUIJANO, *op. cit.*

⁸⁸ Expressão do crioulo usado em Cabo Verde para significar “amante”.

quiser e não ficar a depender de homem. Quando não tenho trabalho, faço bolo, compro e vendo “dja”. Não quero levar a vida que a minha mãe levou! Para comprar uma agulha que seja, ela tinha que ter autorização do meu pai, pois o dinheiro era dele. Lino é que nem o meu pai, quer controlar tudo, até mesmo o dinheiro que ganhava nas vendas. Por causa disso, discutíamos muito e quebrávamos muitas coisas dentro de casa, mas ele apenas ameaçava bater-me, não chegava fazer... não tinha coragem... mas não era isso a razão principal de nossas brigas. O que me deixava irritada era o desrespeito. Telefonava para ela [a rapariga] sempre que estava em casa. Todas as combinações de encontros eram feitas na minha presença e eu nem podia mostrar o meu desagrado. Um dia tentei fazer o mesmo que ele fazia comigo. Ele terminou de telefonar para ela, eu peguei num dos meus telefones liguei e atendi, fingindo estar a falar com um homem. No mesmo instante ele veio com toda a arrogância e me perguntou “com quem estás a falar?” “Estás a falar com os teus homens? Por que não falas com eles na rua?” Levantei a cabeça, comecei a rir, e perguntei-lhe: por que não falas ao telefone com as suas “pequenas”⁸⁹ na rua? Ele começou dizer que era uma bandida, que andava com muitos homens... fiquei irritada, disse-lhe que devia era mesmo, arrumar o meu homem! Logo ele partiu para cima de mim, agarrou-me e consegui tomar o meu telefone, depois me empurrou contra parede... Continuamos a brigar até que os seus pais chegaram. Seu pai ficou do lado dele, sua mãe ficou quieta e a chorar... no dia seguinte ela [a mãe do seu companheiro] veio me dizer: “tu és “Mudjer de dentu Kasa”⁹⁰, não te falta nada, não podes “jogar” com “mudjer de fora”⁹¹, queres perder o teu marido? (...) (Flávia, vendedora, 30-35 anos)

O envolvimento afetivo entre a Flávia e Lino expressa não apenas uma relação marcada pela desigualdade de gênero, de classe social, como do tipo de vinculação conjugal. Flávia era coagida a se submeter à relação conjugal violenta, por ser mulher de “*dentu de kasa*” e por não possuir autonomia financeira.

Outra questão que me parece importante recuperar, para análise das relações de gênero entre esse casal, é a questão do patriarcado, associada à questão do ideal de família nuclear que é “exigida” às mulheres. E que, entretanto, não era nem continua sendo uma exigência para os homens. Conforme destaca Antônio Carreira⁹², a poligamia de fato e não do direito, pelos homens brancos da terra, era uma prática recorrente desde o período colonial. Uma prática que, tal como refere João Lopes Filho⁹³, tendia para a institucionalização de uniões livres no país. Essas formas de relações familiares nos levam a questionar o modelo eurocêntrico de análise de gênero, que não articula as questões de raça e classe. Como refere Oyèronké Oyèwúmi⁹⁴,

o arranjo espacial da família nuclear familiar como o espaço privado em que

⁸⁹ Expressão do crioulo usado em Cabo Verde para significar “namoradas”.

⁹⁰ Expressão do crioulo usado em Cabo Verde para significar “Mulher oficial de”.

⁹¹ Expressão do crioulo usado em Cabo Verde para significar “amante”.

⁹² CARREIRA, Antônio. *Cabo Verde: aspectos sociais – secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro, 1984.

⁹³ LOPES FILHO, João. *Ilha de São Nicolau Cabo Verde: formação da sociedade e mudança cultural*. v. I, II. Praia: Secretaria Geral do Ministério da Educação, 1996.

⁹⁴ OYÈWÚMI, 2000.

apenas a mulher está em seus elementos, não permite o gênero como uma dualidade. Não é à toa que mulher e gênero são praticamente termos sinônimos em muitos estudos que pretendem ser sobre relações de gênero (que na verdade deveriam incluir homens e mulheres). A família nuclear de muitos estudos feministas produz um cálculo falho de gênero, a categoria que reivindica seu resultado como zero. Ao invés de interpretar a família nuclear branca como uma forma culturalmente específica, cujas características raciais e de classe são essenciais para a compreensão da configuração de gênero que abriga, muitos estudos feministas continuam a reproduzir suas distorções através do espaço e do tempo⁹⁵.

No caso particular das relações familiares na sociedade caboverdiana, embora a autoridade do homem não seja absoluta desde a sua formação⁹⁶, ou se torna flexível, muitas vezes, por conta da sua transição por várias famílias, o patriarcado, ainda que de baixa intensidade, para parafrasear Rita Segato⁹⁷, continua a operar na análise das relações de dominação. O caso de Maria, já referido, é bastante explícito neste sentido. Ainda que se assuma como “rapariga”, ou “*Mudjer de Fora*”, a única provedora da sua família, o companheiro exerce autoridades e ela se submete.

Mesmo que o senso comum e alguns trabalhos produzidos até a década de 2000 insistam em destacar o caráter patriarcal da sociedade caboverdiana e a trazer uma abordagem vitimista da mulher, fica evidente tratar-se de uma realidade complexa, cuja análise requer a interlocução com outros marcadores sociais, tal como: gênero, classe, conjugalidade, marcadores geográficos, entre outros. A própria intromissão crescente do Estado nas questões íntimas tende, como refere Adilson Semedo, a retirar o homem do centro. A chefia/representação da família é cada vez mais vista como algo que deve ser partilhado entre homens e mulheres e que, entre eles, existe uma relação de complementaridade.

Quando os papéis sociais de gênero se invertem: reflexões sobre narrativas de homens em situação de violências baseadas no gênero

A construção de si por meio de um duplo discurso: vítima e agressor

Antes de iniciar as reflexões sobre as representações que os homens constroem sobre as violências conjugais, considero importante situar o debate numa discussão mais ampla em torno das

⁹⁵ *Id., ibid.*

⁹⁶ FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

⁹⁷ SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre gênero – Entre antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

violências baseadas no gênero, como tipificada no corpo da *Lei Especial contra VBG*. Assim, me parecem importantes o entendimento da jurista Dionara Anjos e o do jurista Carlos Reis sobre as configurações da violência baseada no gênero contra os homens e como os processos históricos, sociais e políticos tendem a invisibilizar essa dimensão da violência.

Para Dionara Anjos,

no preâmbulo da regulamentação da Lei [Lei Especial Contra Violência Baseada no Gênero] está posto que a VBG [Violência Baseada no Gênero] afeta maioritariamente as mulheres... Vai afetando aos homens naquelas situações mais de reforço de papéis masculinos – violência homofóbica... Quando um homem tende a não ser o “macho” que a sociedade espera, ele sofre a homofobia, ele sofre uma violência com base no Gênero em razão do que a sociedade entende que deve ser um homem e não naquilo que aquele homem quer ser. Então... no meu entender, para existir VBG contra o homem, é necessário que haja uma inversão de papéis... e isso, geralmente acontece quando há manifestação de comportamentos homossexuais e transexuais... O machismo que está arraigado na sociedade [caboverdiana] naturaliza a questão de VBG, permitindo que as mulheres se assumam como vítimas e denunciem; é por essa mesma razão que os homens têm dificuldades de assumir como vítima e denunciar situações de violências sobre eles exercidas pelas mulheres. [é reflexo da nossa história] Cabo Verde, antes da sua independência, usava o código português... A lei legitimava o poder masculino (...) (Dionara Anjos, entrevista concedida em setembro de 2016)

Por sua vez, numa visão que não limita a violência baseada no gênero a situações vivenciadas, no âmbito da conjugalidade, o jurista Carlos Reis diz:

A VBG, em relação às nossas crianças, aos meninos e rapazes, começa na sua formação enquanto homem, nas suas afirmações de masculinidade que é através de estereótipos que normalmente os incita a terem uma atitude mais agressiva e eventualmente até mais violento perante obstáculos de vida. Não é apenas no relacionamento íntimo para com o seu parceiro/parceira mas também, na forma como ele se comporta enquanto rapaz ou enquanto homem que quer afirmar na sociedade... No caso a caso, se pode verificar se há esse desequilíbrio de poderes e se na representação dos papéis é o que justifica os poderes. (Carlos Reis, entrevista concedida em janeiro de 2016)

A escolha dessas narrativas para introduzir a discussão, se deve, por um lado, ao fato de destacar que não existe um polo único a partir do qual a violência se exerce e, por outro, por evidenciar que as violências, particularmente as exercidas sobre os homens, decorrem de situações de inversões de papéis. Questões que além de abrirem a possibilidade para se pensar os homens em situações de violências, chamam atenção para uma abordagem mais plural, que permite pensar a questão das violências para além de uma visão heteronormativa.

Estas narrativas permitem-nos pensar a questão das violências com base no gênero, vinculada não apenas às questões do desequilíbrio de poder, mas também dos papéis sociais,

remetendo, desde logo, para as questões de construções sociais do que se entende por ser homem e mulher na sociedade cabo-verdiana.

Neste sentido, o trabalho de Miguel Almeida sobre masculinidades hegemônica e subalterna, onde ele discute a forma como determinados contextos lidam com um modelo dominante de masculinidade local, me parece fundamental.

A partir das contribuições desse autor, tento perceber como os comportamentos, atitudes e ações dos homens cabo-verdianos, que procuram os serviços da Rede Sol para denunciar situações de violências, informam e estão informados pela noção do ser homem e de como esta noção pode implicar em situações de violências nas relações de gênero. A necessidade, contudo, de inserir essas discussões sobre masculinidades numa configuração mais ampla – de estudos sobre Gênero, e analisá-las como categorias relacionais, me fazem recuperar as contribuições da Sherry Ortner e Harriet Whitehead⁹⁸ a respeito do conceito de gênero, do ser homem e mulher como resultado de processos sociais e culturais, discussões, posteriormente retomadas e questionadas por Miriam Grossi⁹⁹, Joan Scott¹⁰⁰, Guita Debert e Filomena Gregor¹⁰¹.

Durante a pesquisa de campo nas diferentes instâncias da Rede Sol, pude perceber o quanto era exigido dos homens, particularmente aqueles que procuravam a Rede para denunciar situações de violência experienciadas na relação conjugal, comportamentos e atitudes percebidos como masculinos. A conversa formal com alguns desses homens nas salas de mediação de conflitos e de audiências do Gabinete de Apoio Policial às Vítimas, me permitiram perceber que tais imposições não se circunscreviam ao espaço público. Conforme relataram os meus interlocutores Roger e Pepe, é, sobretudo no espaço privado e de relações íntimas que tais exigências se tornam mais intensas, implicando, por vezes, em situações de violências.

Embora ambos os discursos tenham sido produzidos em espaços de judicialização, onde geralmente os atores envolvidos na cena tendem a se colocar no papel de vítima, os dois interlocutores se reconheceram num duplo papel: sujeitos de poder, e, portanto, autores de violências, em reação às “provocações” de mulheres e em alguns momentos como “vítimas”, ou vivendo situações de violências, como preferem denominar.

⁹⁸ ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for sexual meanings. *In: Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁹⁹ GROSSI, Miriam, *op. cit.*

¹⁰⁰ SCOTT, Joan, *op. cit.*

¹⁰¹ DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, pp. 165-185, 2008.

Roger compartilhou a história de uma relação conjugal que dura cerca de 18 anos e que, há menos de seis meses, se transformou numa relação marcada por violências, sobretudo, psicológicas. Embora considere que os ciúmes têm sido uma das razões de suas brigas, Roger deixa explícito em sua fala que os comportamentos violentos de sua companheira se tornaram mais frequentes, por ele não ter assumido a “postura de homem”, desde a primeira atitude agressiva da companheira. Como conta:

Em dois momentos quase perdi o trabalho por causa das suas cenas descontroladas de ciúmes: A primeira vez, me trancou a porta do quarto enquanto dormia. Quando acordei, bati, bati, ao mesmo tempo que gritava pelo seu nome, mas nem sinal de alguém em casa! O tempo ia passando, decidi quebrar a porta. Era o único jeito de sair... a segunda vez, no momento que preparava para o trabalho no turno da noite, começamos a discutir e ela me fez muitas ameaças: disse que me jogava água quente, que me tocava fogo enquanto dormia... Para evitar escândalos, preferi não responder. Entrei no quarto, preparei a minha roupa e fui para o banho, quando regressei, pela minha surpresa, a roupa que deixei em cima da cama estava aos pedaços e as outras todas molhadas. Ainda bem que ela saiu de casa... do jeito que estava, com raiva, não me responsabilizava por mim... Tive que mentir para o meu patrão que estava doente e que não podia ir ao trabalho... e não era somente do meu patrão que escondia as loucuras dela, nunca quis que os meus familiares, vizinhos e outras pessoas dessem conta do que ela fazia. Certamente diriam e com razão, que não era homem! “um fraco”! Para o meu pai... era uma vergonha... então como sempre tentava esconder o que se passava, não reagia de forma violenta, ela ganhou confianças... e... a situação tornou insuportável... chegou a tentar envenenar a água que bebia e bateu nos seus filhos, Ai agora, disse pra mim: precisas tomar uma posição de homem! Peguei-a com muita força, encostei-a contra parede, quando percebi que ela tinha uma faca, tentei tomar, me machuquei... separei-me dela, mas não fiquei tranquilo... temia o que ela podia fazer contra os próprios filhos. Decidi ir na polícia e registrei queixa contra ela. Não fiz por mim! Nunca queixaria de uma mulher! Fiz sim, para proteger aquela família, pelos filhos. (Roger, taxista e marceneiro, 35-40 anos)

Apesar de afirmar ter sido vítima de sucessivas situações de violências psicológicas e patrimoniais exercidas pela companheira, estas não constituíram os fundamentos para o apelo à justiça na resolução dos conflitos. Assumir-se como vítima de violência exercida pela companheira, e recorrer à justiça para resolver esses litígios, seria assumir-se como um “fraco” e/ou não se enquadrar na categoria de “homem”, perante os familiares e vizinhos. Assim, para evitar que sua masculinidade seja posta em causa, Roger optou, num primeiro momento, por silenciar tais práticas, buscando formas alternativas de resolução dos conflitos a nível do privado e, num segundo momento, pela agressão física e denúncia. No primeiro, ele se constrói como vítima e, no segundo como autor de violências. Situações que, de algum modo, nos permitem romper com o modelo hegemônico de masculinidade¹⁰² e da ideia de dominação masculina¹⁰³.

¹⁰² ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press Lisboa; Fim de Século, 1995.

¹⁰³ BOURDIEU, *op. cit.*

Apesar de admitir ter agredido a companheira, Roger nunca se autocolpabiliza pelos atos cometidos. As suas ações sempre emergem em reação aos comportamentos violentos da companheira.

Essa busca pelas justificativas está igualmente explícita no discurso do Pepe, que a seguir se apresenta:

Depois de muita insistência, sem resultado, decidi pegar a criança à força. Ai, ela [ex-companheira] apanhou um copo, quebrou e em seguida acertou-me na costa... Quando vi que estava a sair muito sangue acabei por descontrolar um pouco, parti também para a agressão... Não fui para o hospital e nem quis denunciá-la na polícia. Não queria parecer de ridículo! Sou homem! Mas tive que vir, [à Polícia] porque ela se queixou de mim e pior do que isso, a queixa foi encaminhada para o tribunal e ela conseguiu convencer todo o mundo que ela simplesmente reagiu às minhas agressões e evitado que a matasse, em sua própria casa. Alguns vizinhos que chegaram praticamente no final daquela cena, testemunharam contra mim, acrescentando que estava bêbado... Ninguém acreditava que ela me agrediu primeiramente. Fui condenado a um ano e quatro meses de pena suspensa convertida em multa. Desde àquela altura, afastei-me dela e, por conseguinte, da minha filha... Hoje estou aqui [na esquadra] novamente... a mulher com quem vivo, me encontrou num bar com os amigos e me ordenou a dirigir se para casa. Claro que não fui! O que os meus amigos iam pensar de mim? Pedi-a que saísse do lugar, e... logo uma bofetada! À primeira, queria bater nela também. Pelo olhar percebi que, os meus amigos queriam que eu batesse nela. Mas tinha pena suspensa ainda! (Pepe, condutor de GRP, 25-30 anos)

Sua narrativa revela a dificuldade dos atores envolvidos na relação violenta em se autorresponsabilizarem pelos atos violentos. Pepe diz ter “descontrolado um pouco”, e ter partido para a agressão, ao perceber a gravidade da ação violenta da ex-companheira. A ex-companheira, por sua vez, assegura ter “simplesmente evitado” que o ex-companheiro “a matasse, em sua própria casa”. Ambos procuram legitimar as suas ações nas ações dos outros, deixando evidente que suas condutas estão, igualmente, marcadas por questões sociais, culturais e as múltiplas relações que tecem. No caso do Pepe, além de evitar sanções da sociedade, suas justificativas se fundamentam na necessidade de não incorrer a um novo processo crime, que o poderá conduzir à prisão. Neste sentido, ainda que vivendo numa sociedade onde o exercício do poder pela força é um elemento central na definição de masculinidades, Pepe reconhece os limites de suas ações.

Nos casos em que os discursos foram produzidos fora das instâncias judiciais de resolução de conflitos, pude perceber que mesmo que os homens admitam viver situações de violências conjugais, como foi o caso revelado por Nelito, raramente apresentam um discurso exclusivamente vitimista, e/ou decidem pela denúncia.

Não foi fácil a nossa convivência durante esses 5 anos... não tive a sorte no trabalho... então... ter mulher a sustentar a casa... não perdia a oportunidade de, na presença do nosso filho, dizer que eu era “mofino”, “Cruz” no seu caminho. Tudo isso me deixava desanimado e muitas vezes refugiava-me na bebedeira com os amigos. Quando chegava em casa bêbado, ela me chamava de todos os nomes, não me deixava comer e muito menos deitar na mesma cama que ela. Costumava a altas horas da noite jogar as minhas roupas na varanda e ordenar que saísse de casa. Suportei muito, mas nunca pensei em denunciá-la na polícia. Como ficaria a minha imagem? O que diriam os meus pais? E os vizinhos? (Nelito, 30-35 anos)

A narrativa do Nelito deixa evidente que o seu silêncio estava marcado pelas questões culturais.

Valores familiares e violências

Conforme refere Oyèronké Oyèwúmi¹⁰⁴, a retórica dos valores familiares tem sido útil para legitimar não apenas as opressões, como também para criar movimentos de oposição contra elas¹⁰⁵. Em Cabo Verde, o uso generalizado da categoria “família” e as discussões que suscita quando aplicada para analisar os discursos de gênero, classe e outros marcadores de diferença, é de extrema importância para compreender comportamentos e atitudes dos homens em situações de violências. Vimos no discurso do Roger, anteriormente apresentado, como a família influenciou não apenas o seu silêncio e submissão quanto as suas decisões de envolver redes institucionais de apoio na resolução de conflitos conjugais.

Pedro foi um dos meus interlocutores da Direção Geral dos Serviços Penitenciários e de Reinserção Social – Programa Grupo Reflexivo, que aceitou falar comigo num espaço público – um bar, na zona onde residia. Pedro contou-me que sua relação com Ana começou havia 9 anos, quando ainda estudavam no ensino secundário. Terminando o liceu, Pedro ingressou num curso médio em contabilidade e Ana não conseguiu dar continuidade aos estudos. A relação com Ana se manteve, e havia o desejo de morarem juntos. Pedro contou como tudo começou:

Terminei o curso de contabilidade e consegui exercer “prestação de serviços como técnico de conta” e junto a isso decidi, com o apoio da minha mãe, montar um pequeno bar no rés do chão da nossa casa e convidei-a [a Ana] para vir morar comigo e me apoiar no bar. O negócio começou a dar muito bem, além da Ana, minha mãe e irmãs sempre me ajudavam nas horas vagas. Ia tudo muito bem, até que os familiares dela começaram a fazer intriga a dizer que tinha outras mulheres... as desconfianças foram aumentando, até que passou a me seguir...

¹⁰⁴ OYÈWÚMÍ, 2000.

¹⁰⁵ Para aprofundar as questões sobre redes de apoios familiares, acessar: https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oyèronké_oyèwúmi_-_laços_familiaresligações_conceituais_notas_africanas_sobre_epistemologias_feministas.pdf.

aquilo me incomodava e como me incomodava! Certo dia, me encontrou num bar a falar com uma amiga, e logo partiu pra cima da moça, atirando pedras. Tentei acalmá-la, mas de nada adiantava, eu mesmo acabei apanhando. Como já tinha bebido “um copo”, descontrolei e parti também para a agressão. Atirei-a com pedra, socos no rosto, causando um grande hematoma e logo ela caiu no chão. Quando tentava levantar do chão, dei-lhe pontapé nas costas, caiu novamente. De repente, seus pais chegaram e foi a maior confusão! Chamaram a polícia, obrigaram a minha companheira a denunciar e a se separar de mim... assim aconteceu... o caso foi para o tribunal e ela recebida pelos pais. Ficamos separados quase um ano, mas depois de muita conversa acabamos por nos acertar e voltamos a morar juntos. Tudo caminhava muito bem, nossa relação, o bar... Ela menos possessiva e eu desde aquele dia do bar, jurei que não ia exagerar na bebida e consegui... umas até duas cervejas no máximo... quase dois anos daquela briga, fomos chamados para a audiência com a procuradora. Na altura acabávamos de ter a nossa filha... Depois de ouvidos e de termos manifestado que não desejávamos o procedimento da queixa, peguei pena suspensa de um ano e meio, pois era réu primário. Fiquei confuso, pois não entendia porque fui condenado por VBG. Se ela me seguiu, bateu na moça que estávamos juntos e depois me bateu, e eu reagi, tentando me defender, sinceramente não entendi... Quando me chamaram para iniciar o grupo reflexivo, fui lá e no início apenas marcava presença, mas com o desenrolar das sessões e sobretudo no dia que levaram a procuradora no grupo para nos falar da lei de VBG, entendi o quanto era machista. Graças ao grupo, nossa relação mudou e para melhor (...) (Pedro, técnico de conta, 20-25 anos)

A centralidade na família é facilmente identificada nesse discurso. A rede de apoios familiares começa com o projeto de vida conjugal. Para iniciar esse projeto conjunto, Pedro contou com o apoio de seus familiares na disponibilização de moradia e de um espaço para iniciarem seus próprios negócios. A própria venda no bar era apoiada pelos familiares, deixando evidente que, contrariamente às sociedades ocidentais modernas, fortemente marcadas pelo individualismo, as redes de parentesco tradicionais continuam, ainda, a operar nos contextos de inserção desse casal. Neste sentido, a narrativa do Pedro permite questionar não apenas o conceito de VBG, como a própria dinâmica das relações de gênero e poder na família.

Em algumas situações, como a que nos é narrada, pelo Pepe, o vínculo familiar pode inclusive potencializar situações de violências.

A narrativa do Pepe é o exemplo de muitos casos que ocorreram no contexto do estudo. A maioria dos vínculos conjugais que se estabelecem resultam em filhos e nos casos de separação, regra geral, estes ficam sobre a responsabilidade da mãe ou familiares desta. A forma como os vínculos entre pais e filhos são geridos na fase de separação pode resultar em situações de violência. Os motivos podem se relacionar às barreiras impostas pela mãe à aproximação pai/filho e os ciúmes, como foi no caso do Pepe e, ainda, nas situações em que o pai se recusa a assumir sua responsabilidade paterna. Essa e outras situações que evidenciam transitoriedades familiares¹⁰⁶

¹⁰⁶ FORTES, 2013.

abrem a possibilidade das mulheres passarem a prover as famílias, desestabilizando, dessa forma, a ideia de que a sociedade caboverdiana é uma sociedade patriarcal¹⁰⁷.

Breves considerações finais

A análise das narrativas de mulheres e homens em situações de violências, envolvidos neste estudo, permitiram evidenciar que não existe um polo único a partir do qual o poder se exerce. Contrariamente à forma como as estruturas objetivas legitimam o poder, os(as) interlocutores(as) mostraram como, em termos práticos, o poder transita na relação, tornando-os(as) autores(as) e vítimas de violências. Além de reconhecerem o caráter dinâmico das relações de poder, inclinam-se a mostrar que o exercício do poder está condicionado a vários marcadores de desigualdade social, a situações particulares do “ser homem/mulher” na sociedade caboverdiana e nos “valores “ que a família, aí, assume.

Essas múltiplas formas de pensar as desigualdades de gênero e, por conseguinte, as violências, chamam atenção para a necessidade de ir além da ideia do gênero como culturalmente dados e de desconstruir as metáforas dadas pela matriz do pensamento ocidental que invisibilizam categorias nativas. Categorias, muitas vezes, apagadas dos instrumentos jurídicos e, por conseguinte, das práticas dos operadores da lei. Um exemplo nesta perspectiva é a noção de família conjugal nuclear, presente no ordenamento jurídico, mas que deve ser nuançada pela diversidade de formas de organizações familiares/redes extensas de parentesco, bastante evidenciadas pelos dados empíricos produzidos no âmbito da nossa pesquisa etnográfica, nas diferentes instâncias da Rede Sol. Centralizando a base do relacionamento e da vida familiar no afeto, notamos, portanto, outras formas de organização da vida familiar: “*fidjus de fora*”/ *ilegítimos*”; “*mudjer de fora/rapariga*”; famílias monoparentais chefiadas por mulheres, entre outras categorias que foram consideradas neste trabalho.

Os dados empíricos evidenciaram, portanto, que as violências devem ser analisadas tendo presentes os diferentes contextos sociais, as múltiplas relações implicadas nas diferentes situações e, sobretudo, as diferentes apropriações dos sujeitos a partir de um eixo que busca a interseção entre os vários marcadores de desigualdade social.

¹⁰⁷ FORTES, 2015.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Etnográfica Press Lisboa; Fim de Século, 1995.
- ANJOS, Dionara. *Políticas públicas caboverdianas contra a violência baseada no gênero*. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2015.
- ANJOS, Dionara; REIS, Carlos; SILVA, Clóvis. *Lei sobre a violência baseada no gênero: versão anotada*. 2. ed. Praia: ICIEG; UNTF, 2014.
- ANJOS, Dionara; ELIAS, Helena (Coord. Técnica). *Implementando Mecanismos de Combate à Violência Baseada no Gênero (VBG): Guia de assistência às vítimas de VBG para profissionais das forças policiais*. Praia: ICIEG, 2012.
- ANJOS, José Carlos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, maio-ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v29n2/08.pdf>. Acesso em: 1º maio 2016.
- BARROS, CLARA. *Análise de Gênero e Plano de Ação de Gênero (GAP 2016-2020) no âmbito da cooperação UE – Cabo Verde*. 2016. Disponível em: https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/gapcv_2016-2020_pt_0.pdf. Acesso em: 15 jan. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CABO VERDE. Ministério da Justiça. *Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Gênero*. Mundiserviços, 2006.
- CARREIRA, António. *Cabo Verde: aspectos sociais – secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, pp. 165-185, 2008.
- FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC; Praia, 2006.
- FONSECA, Jorge Carlos *et al.* *Estudos sobre a protecção às vítimas de crimes violentos (em particular as mulheres)*: relatório provisório. Praia: AMJ, 2002.
- FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico*, UnB, Brasília, v. 40, n. 2, pp. 151-172, 2015.
- FORTES, Celeste. “M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem”. Gênero e educação em Cabo Verde. *Ciências Sociais*, v. 49, n. 1, pp. 80-89. São Leopoldo: Unisinos, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- FURTADO, Manuela; ANJOS, José Carlos. Incompatibilidades de gênero: caso de São Miguel. In: SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Gênero e sociabilidades no interior de Santiago*. Praia; Porto Alegre: Edições UNI-CV; Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Sociais Caboverdianos, v. 4, III Série).
- GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. pp. 293-313.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Estudos de Gênero: Cadernos de Área 9*, Goiânia, v. 9, pp. 29-46, 2000.
- GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 5 (esp.), pp. 473-483, 1994.
- ICIEG. *Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Gênero (2005-2009)*. Praia: Tipografia Santos, 2005.
- LOPES FILHO, João. *Ilha de São Nicolau Cabo Verde: formação da sociedade e mudança cultural*. v. I, II. Praia: Secretaria Geral do Ministério da Educação, 1996.
- LUGONES, María. Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*, Indiana University Press, v. 22, n. 1, pp. 186-209, 2007.
- MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes' Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. The University of Press Chicago: Chicago, 2002.
- MONTEIRO, Eurídice. *Entre os senhores das ilhas e as descontentes: identidade, classe e gênero na estruturação do campo político em Cabo Verde*. Praia: Edições UNI-CV, 2015. (Coleção Sociedade).
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes' Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. The University of Press Chicago: Chicago, 2002.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Laços familiares/ligações conceituais: notas africanas sobre epistemologias feministas (Family bonds/Conceptual binds: African notes on Feminist Epistemologies)*. Tradução para uso didático por Aline Matos da Rocha. *Signs*, v. 25, n. 4, Feminisms at a Millennium, pp. 1093-1098, 2000.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA Gender Series, v. 1. Dakar: CODESRIA, 2004. pp. 1-8.
- ORTNER, Sherry; WHITEHEAD, Harriet. Introduction: accounting for sexual meanings. In: *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto. *Vencendo barreiras*. Praia: ICF, 1999.
- PASINATO, Wânia Izumino. *A Lei de Violência Baseada no Gênero na percepção de homens e mulheres em Cabo Verde* (Documento avulso), s.d.
- PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina: la colonialidad del saber – eurocentrismo y ciencias sociales. *Perspectivas Latinoamericanas*, Buenos Aires, CLACSO, 2000.

- RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a violência conjugal e a violência intrafamiliar. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2008.
- ROSABAL, Maritza. As faces (in) visíveis da violência de gênero. In: SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectiva*. Praia: Edições UNI-CV, 2011. (Coleção Sociedade, v. 4).
- RUBIN, Guyle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Trad. de Christine Rufino Dabat, Edileusa da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: S.O.S Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>. Acesso em: 11 maio 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Labrys Estudos Feministas. *Revista Eletrônica*, Cad. Pagu no.16 Campinas, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em perspectiva: a violência disseminada. *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, v. 13, n. 4, out./dez. 1999.
- SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SALÚSTIO, Dina. *Violência contra as mulheres*. Praia: ICF, 1999.
- SILVA, Carmelita. *Trajetória de mulheres vítimas de violência conjugal: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciam o drama*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Uni-CV, Praia, 2009.
- SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO, Wânia. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista E.I.A.L. – Estudos Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, pp. 147-164, 2005.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, v. 20, n. 2, pp. 71-99, 1995.
- SEGATO, Rita L. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre gênero – Entre antropologia, psicoanálisis y derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.
- SEMEDO, Adilson Filomeno. *Religião e cultura: a influência da religião católica na reprodução da dominação masculina em Cabo Verde*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.
- SILVA, Carmelita; VIEIRA, Miriam (Orgs.). *Gênero e sociabilidades no interior de Santiago*. Praia; Porto Alegre: Edições UNI-CV; Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Sociais Caboverdianos, v. 4, III Série).
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STRATHERN, Marilyn; FERRARI, Florencia; DULLEI, Iracema; PINHEIRO, Jamille; VALENTINI, Luísa (Coord.). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e Cabo Verde. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 1, n. 49, pp. 90-96, jan.-abr. 2013.